

ENSINO MÉDIO INTEGRADO: a produção do conhecimento nos anos 2007 a 2017

INTEGRATED HIGH SCHOOL: the production of knowledge in 2007 to 2017

Francisco das Chagas Silva Souza¹ - IFRN
Francisca Leidiana de Souza² - IFRN
José Gerardo Bastos da Costa Júnior³ - IFRN

RESUMO

Neste artigo, apresentamos um mapeamento da produção acadêmica acerca do Ensino Médio Integrado no Grupo de Trabalho 09, Trabalho e Educação, da ANPEd. Trata-se de um estado do conhecimento, cuja metodologia constou de consultas aos anais das reuniões da ANPEd. Estabelecemos como recorte temporal o período de 2007 a 2017. Nesses 10 anos, foram apresentados um total de 161 trabalhos nas formas oral e pôster. Deste número, 23 tiveram como foco o Ensino Médio Integrado. Temas como reforma dos anos 90, currículo integrado, história da Educação Profissional, política educacional, formação docente e financiamento dão a tônica nesses trabalhos. Nos artigos analisados, os autores veem o Ensino Médio Integrado como uma possibilidade de superação da dualidade na nossa educação, apesar dos enormes desafios para a sua efetivação.

Palavras-chave: Educação Profissional; Ensino Médio Integrado; Estado do Conhecimento.

ABSTRACT

The aim of this article is to present a mapping of the acadEnsino Médio Integrado production concerning the Integrated High School (Ensino Médio Integrado) in the Workgroup 09, Work and Education of ANPed. It is about a state of knowledge, whose methodology consisted of consultations with the annals of ANPed meetings, available on the website of this association. For this survey, we performed a temporal selection from 2007 to 2017. During this time, a total of 161 papers were presented in oral and poster forms. From the total, 23 focused on Ensino Médio Integrado. Reform of the 1990s, integrated curriculum, history of professional education, educational policy, teacher training and financing give the keynote in these studies. Their authors see Ensino Médio Integrado as a possibility of overcoming the duality in our education, but point out several challenges for the implementation of a curriculum proposal that integrates the general education with the professional education.

Keywords: State of Knowledge; Integrated High School; state of knowledge

DOI: 10.21920/recei72018412643659
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72018412643659>

¹ Licenciado em História, doutor em Educação (UFRN), professor do IFRN e dos Programas de Pós-graduação em Ensino (UERN/IFRN/UFERSA) e de Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional em Rede - ProfEPT). chagas.souza@ifrn.edu.br / ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9721-9812>.

² Bacharela em Turismo. Mestra em Ensino (UERN/IFRN/UFERSA). leidy_uernmtour@hotmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8037-6539>.

³ Licenciado em História, mestre em Ensino (UERN/IFRN/UFERSA) e professor do IFRN/Mossoró. gerardo.junior@ifrn.edu.br / ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8428-2281>.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2004 marcou a história da Educação Profissional (doravante EP) no Brasil. Em 23 de julho daquele ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 5.154 e revogou o Decreto 2.208/1997, do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Esse ato implicou novas alterações nos rumos da oferta da EP no Brasil.

Vale esclarecer que o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, fez parte de um conjunto de reformas na educação brasileira nos anos 1990 alavancadas pelo aprofundamento do ideário neoliberal (LIMA FILHO, 2002; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Nessas reformas, as ações do Estado,

[...] orientam e subordinam as políticas públicas pelo domínio do campo econômico, destacando-se valores como eficácia, eficiência, performatividade, competitividade, taxas de investimento e retorno, prestação de contas e avaliação. Orientadas pelo trinômio da desregulamentação, flexibilização e privatização, as reformas redefinem as políticas e a ação das instituições públicas, passando a exigir delas uma maior produtividade e abertura, ou seja, produzir mais com menos recursos, e vínculo estreito com a economia na indústria, no comércio e nos serviços (LIMA FILHO, 2015, p. 199).

No que tange à Educação Profissional, as reformas dos anos 1990 acarretaram a separação entre as disciplinas de formação geral e aquelas voltadas para a formação técnica. Esse fato tornou o Decreto 2.208/1997, até hoje, alvo das críticas dos estudiosos do campo Trabalho e educação. Para Ivers (2000), por exemplo, esse Decreto representou um retrocesso em relação à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 (Lei nº 4.024/1961) e a nova LDB, Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Além disso, segundo essa autora, por considerar apenas a lógica do mercado, a proposta do Decreto 2.208/1997 é conservadora porque “retoma a concepção taylorista/fordista que supõe a ruptura entre o saber acadêmico, desvalorizado por não ser prático, e o saber para o trabalho, desvalorizado por não ser teórico” (2000, p. 69). Também nessa direção, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 25) afirmam que esse Decreto “[...] vem não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”.

Com relação ao Decreto nº 5.154/2004, este reestabeleceu a integração entre o Ensino Médio e o Técnico previsto no artigo 39 da nova LDB, a Lei nº 9.394/1996: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2005). Portanto, a medida tomada pelo Presidente Lula é vista como um avanço, pois possibilita uma formação mais ampla para os jovens trabalhadores, visto que não mais se restringiriam a apenas aprender os conteúdos necessários para o saber fazer das fábricas. Contudo, algumas análises entendem que o Decreto 5.154/2004 também tem os seus limites e contradições, haja vista que manteve as formas Concomitante e Subsequente para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, previstas no Decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nosso objetivo, neste artigo, é apresentar um mapeamento da produção acadêmica acerca do Ensino Médio Integrado. Não se trata de um estado da arte, mas de um estado do conhecimento. Para essa distinção, usamos as observações tecidas por Romanowski e Ens (2006, p. 39-40). Segundo essas autoras, os estados da arte “recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções”.

Assim, “não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área”. Em seguida, alertam: “*O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’*”. (Grifo nosso)

Considerando que a produção acadêmica a respeito do Ensino Médio Integrado em programas de pós-graduação, e as publicações em periódicos e eventos é certamente ampla e isso demandaria muito tempo para a análise dos dados, foi necessário estabelecermos recortes. Desta maneira, a nossa pesquisa se restringiu aos textos disponíveis nos anais eletrônicos das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), mais especificamente no Grupo de Trabalho 9 (GT 9) – Trabalho e educação, no período de 2007 a 2017.

Quanto ao recorte temporal, este assim se justifica: mesmo que o Ensino Médio Integrado já estivesse presente no Decreto nº 5.154/2004, foi apenas em 2007 que se deu a publicação do Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007), o qual explicita os princípios e diretrizes do dessa forma de articulação prevista no Decreto. Com relação ao ano de 2017, foi neste que se realizou a última reunião nacional da Anped, em São Luís-MA.

As questões que nortearam nossa análise foram: Quais as origens dos trabalhos publicados no GT 09 da Anped? Que instituições têm se destacado nesses estudos? Quais os temas pesquisados nas investigações sobre o Ensino Médio Integrado e como este é visto nessas produções? Em que referenciais os pesquisadores têm se apoiado para fundamentar as suas pesquisas? Que metodologias têm sido usadas?

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, justificamos os motivos que nos levaram a realizar um estudo com ênfase no Ensino Médio Integrado, tendo como suporte as publicações do GT 9 da ANPEd. Em seguida, apresentamos como se deu a constituição do *corpus* de análise, os resultados alcançados na pesquisa e as nossas reflexões a partir destes.

OS PORQUÊS DE NOSSAS ESCOLHAS

Por que a realização de um estado do conhecimento sobre o Ensino Médio Integrado? Por que eleger o GT 9 da ANPEd como fonte para o levantamento de dados? São duas questões merecedoras de justificativas.

Nosso interesse pelo Ensino Médio Integrado se explica pela notoriedade que este ganhou dentro dos Institutos Federais e no meio acadêmico, pois, nestes espaços, é comum ele ser apresentado como uma possibilidade de redução da histórica dualidade na educação. Importa destacar que a cisão entre uma formação ampla, propedêutica, para os detentores dos meios de produção e que exercem o controle político; e outra voltada à criação e capacitação de mão de obra, portanto, direcionada aos trabalhadores e aos filhos destes, não é uma criação do capitalismo, visto que existem muito antes desse modo de produção tornar-se dominante, como podemos concluir a partir de Saviani (2007) e Manacorda (2010).

O divórcio entre a formação geral e a técnica tem marcado as políticas voltadas para a EP no Brasil, a exemplo da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, e das Leis Orgânicas, na década de 1940. Mesmo quando essa separação esteve atenuada, como no texto da atual LDB, ao se referir à integração, a oposição entre formação propedêutica *versus* formação profissional voltou a se efetivar por meio legal com o Decreto nº 2.208/1997. Neste último, no seu artigo 5º, encontramos: “A educação profissional de nível técnico terá *organização curricular própria e independente do ensino médio*, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997, grifo nosso).

Como destacamos anteriormente, o Decreto nº 5.154/2004 mudou esse quadro. Conforme o seu artigo 4º, “a educação profissional técnica de nível médio [...] será desenvolvida de forma *articulada* com o ensino médio”. O parágrafo 1º desse artigo define as formas pelas quais se dará essa articulação: “*integrada*, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental [...]” ou “*concomitante*, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio [...]” (BRASIL, 2004a, grifos nossos).

O Parecer nº 39/2004 esclareceu que um curso técnico na forma integrada:

Não pode e nem deve ser entendido como um curso que represente a somatória de dois cursos distintos, embora complementares que possam ser desenvolvidos de forma bipolar, com uma parte de educação geral e outra de educação profissional. Essa foi a lógica da Lei 5.692/71. Essa não é a lógica da atual LDB, a Lei 9.394/96, nem do Decreto 5.154/04, que rejeitam essa dicotomia entre teoria e prática, entre conhecimentos e suas aplicações (BRASIL, 2004b, p. 406).

Se compararmos os conteúdos dos documentos acima referenciados, veremos que o decreto do Presidente Lula ampliou a possibilidade de uma aproximação entre ensinos que secularmente estiveram separados. Nele, os discentes deverão compreender os fundamentos teóricos e práticos das técnicas que envolvem os processos produtivos e não somente o treinamento para a execução automática das técnicas (SOUZA; PEREIRA; RODRIGUES, 2016, p. 28).

No entanto, ressaltamos que o Ensino Médio Integrado, como alternativa de ultrapassar a dualidade, não é algo fácil de ser atingido, visto que nossa formação é tradicionalmente disciplinar, e ainda continua sendo, mesmo que cotidianamente a palavra interdisciplinaridade seja usada. Além disso, como analisam Souza e Rodrigues (2017), a formação de professores para a Educação Profissional, historicamente, tem sido feita, no Brasil, de forma aligeirada e descontínua, o que nos preocupa, pois, a docência na Educação Profissional exige, além de um compromisso com a práxis,

[...] uma formação docente consistente, sistemática e capaz de permitir a articulação e o desenvolvimento equilibrado de saberes gerais e técnicos, estes específicos de um campo da ciência. Ou seja, necessita de uma formação que se construa e se fundamente na contribuição das diversas áreas do conhecimento, que devem se articular formando um construto teórico que possibilite um movimento dialético entre teoria e prática. Logo, esse professor deve estar consciente do papel que desempenha na formação de técnicos que se insiram no mundo do trabalho como um profissional cidadão e não como um mero executor de tarefas exigidas pelo mercado (2017, p. 635).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o Ensino Médio Integrado, expresso no Decreto nº 5.154/2004, é uma tentativa de resgatar os princípios defendidos no primeiro projeto da LDB apresentado à Câmara dos Deputados, em 1988, pelo Deputado Federal Otávio Elísio, cujo texto contava com o apoio dos educadores mais progressistas e salientava a necessidade de uma formação politécnica na educação escolar de 2º grau. Porém, esse projeto perdeu apoio parlamentar ao concorrer com outro apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro, em 1992.

Em 2003, com a posse do Presidente Lula, ampliaram-se as disputas entre os setores conservadores e progressistas no campo da educação. O quadro era contraditório, visto que o presidente representava a esquerda, mas possuía alianças com forças conservadoras. Essas incoerências se fizeram presentes, por exemplo, na revogação de um decreto por meio de outro. Por isso, para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 26-27), o Decreto 5.154/2004 “é um

documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta de setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas”. Apesar disso, esses autores dão um voto de confiança: “Ou interpretamos o decreto como um *ganho político* e, também, como *sinalização de mudanças* pelos que não querem se identificar com o *status quo*, ou será apropriado pelo conservadorismo, pelos interesses definidos pelo mercado” (2005, p. 27, grifos nosso).

Contudo, há os que não pouparam críticas ao referido decreto. Em um artigo divulgado alguns meses depois de sua publicação, Rodrigues (2005, p. 1) fez uma análise ácida ao que ele chamou ironicamente de “novíssimo decreto”:

De uma maneira geral, podemos dizer que o novíssimo decreto estabelece um salto de 40 anos adiante na educação brasileira. Com efeito, se o decreto 2.208/97 reproduzia, de certa forma, a reforma Gustavo Capanema (também conhecida como “leis” orgânicas do ensino), de 1942, o novíssimo decreto parece inspirar-se na lei 7.044 de 1982. Lei essa que “reformou a reforma” do regime militar (lei 5.692/71). Em síntese, a educação profissional brasileira deu um salto no tempo: deixamos o ano de 1942 e avançamos até 1982.

Em seguida, o autor em tela ressalta que o decreto que cria o Ensino Médio Integrado se adequa à flexibilidade exigida pelo atual modelo de acumulação do capital: “[...] o novíssimo decreto flexibiliza ainda mais a possibilidades de relacionamento entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico, já que agrega às possibilidades anteriores (formação subsequente, formação concomitante) a formação ‘integrada’”. Dessa maneira, “parece apenas vir para acomodar interesses em conflito, como aliás fizera a lei 7.044/82” (RODRIGUES, 2005, p. 2).

Entretanto, as críticas feitas por Rodrigues (2005), se não foram combatidas, também não foram propagadas ou reforçadas nos escritos dos pesquisadores da área de Trabalho e Educação. Alguns estudiosos renomados e também críticos das políticas voltadas para a EP no governo Lula, veem no Ensino Médio Integrado (ou simplesmente no “ensino integrado”, sem destacar o nível médio) um cenário promissor para a formação de trabalhadores baseada nas concepções teórico-conceituais da omnilateralidade e da politecnia, presentes nos escritos de Marx e Engels, e da escola unitária, nos estudos de Gramsci⁴ (MOURA, 2007; RAMOS, 2012; ARAÚJO; RODRIGUES; SILVA, 2014; CIAVATTA, 2014; ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015; MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015). Inclusive, o termo “travessia” tem sido utilizado por muitos desses autores (SILVA, 2013).

No que tange à realização da pesquisa a partir dos textos disponíveis no GT Trabalho e Educação (GT 9) da ANPEd, essa opção se justifica, em primeiro lugar, pelo respeito que esta associação adquiriu na acadEnsino Médio Integrado, e, em segundo, pela importância que o GT 9 vem alcançando ao reunir alguns dos pesquisadores brasileiros mais reconhecidos nessa área.

A ANPEd, fundada em 16 de março de 1978, conforme o seu estatuto, é uma associação “sem fins lucrativos e econômicos que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores/professoras e estudantes vinculados(das) a estes programas e demais pesquisadores/pesquisadoras da área”. Tem por finalidade “o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social” (ESTATUTO..., 2012).

⁴ Nosella (2015), em uma análise filológica e hermenêutica dos textos de Gramsci, considera equivocado julgar a escola unitária como proposta teórica para justificar um programa de profissionalização precoce em nível de ensino médio. Em outro artigo, afirma que “os educadores brasileiros marxistas, ao erguerem na atualidade a bandeira da *politecnia*, acenam semanticamente para uma posição teórica historicamente ultrapassada” (2007, p. 137).

Até 2013, as reuniões nacionais da ANPED eram anuais. A partir desse ano, passaram a ocorrer bianualmente. Desde a primeira reunião nacional, ocorrida em 1978, em Fortaleza/CE, e a última, realizada em São Luís/MA, em 2017, foram trinta e oito reuniões, a maioria das quais realizadas em Caxambu, Minas Gerais. Esses encontros constituem-se como espaços de debates entre pesquisadores, professores, estudantes (sobretudo de pós-graduação) e gestores da área de Educação. Neles, além das conferências e das sessões especiais, ocorrem as apresentações de pesquisas sob as formas de trabalhos (comunicações orais) e de pôsteres, nos vinte e três grupos de trabalhos (GT) da ANPED.

São dignos de ressaltar o rigor e a exigência da comissão científica na avaliação dos artigos submetidos ao evento. A busca por uma “excelência nas pesquisas referentes ao conhecimento em educação” (TREIN; CIAVATTA, 2003, p. 143) é atestada pela limitação do número de trabalhos e de pôsteres que são aceitos para apresentação em cada GT⁵.

No que diz respeito ao GT 09 (Trabalho e Educação) da ANPED, este foi criado em 1981, durante a realização da 4ª Reunião Anual da ANPED, como informam Trein e Ciavatta (2003). Para essas autoras:

Desde a sua criação, o GT Trabalho e Educação vêm se pautando por duas preocupações centrais: entender o mundo do trabalho como processo educativo, vale dizer, compreender a pedagogia que se desenvolve nas relações sociais e produtivas no modo de produção capitalista e identificar os espaços de contradição que engendram a construção de uma nova pedagogia comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Essa opção implicou a *explicitação de um referencial teórico-metodológico que vem constituindo sua identidade* (TREIN; CIAVATTA, 2003, p. 143, grifo nosso).

Esse referencial teórico-metodológico de que falam as autoras é o materialismo histórico. Entretanto, elas destacam que “Tem prevalecido, contudo, o diálogo e o confronto com autores que questionam o marxismo ou que trazem contribuições analíticas orientadas para temas emergentes no contexto das transformações do último século” (TREIN; CIAVATTA, 2003, p. 141).

Um detalhe importante na história do GT 9 é a mudança da sua denominação de Educação e Trabalho para Trabalho e Educação. A justificativa para essa alteração é dada por Kuenzer (1991), ao relatar um encontro entre os pesquisadores da área, realizado pelo CNPq, em abril de 1986, com o objetivo de elaborar um programa de pesquisa para a área de Educação e Trabalho desse Conselho. A busca de uma especificidade para a área temática mostrou a necessidade de uma inversão na sua denominação, como explica Kuenzer (1991, p. 92):

A conclusão a que se chegou - e que foi da maior relevância - foi a de que, até o momento, a área estava padecendo de uma inversão ao tomar a educação como ponto de partida para a análise. Retomando-se os princípios fundamentais da crítica a economia política, concluiu-se que o que distingue esta área temática de outros no campo geral de educação é o fato de que nesta, a dimensão trabalho constitui-se como categoria central da qual se parte para a compreensão do fenômeno educativo e das articulações recíprocas entre estas duas dimensões - educação e trabalho.

⁵ Para a 38ª Reunião Nacional da ANPED, em 2017, encontramos: “Cada GT poderá aprovar, para apresentação, no máximo 24 (vinte e quatro) trabalhos [...]”. Com relação aos pôsteres, lemos: “Cada GT poderá aprovar, para apresentação, no máximo 8 pôsteres” (ASSOCIAÇÃO..., 2017, grifo nosso). Mesmo que esses números sejam maiores que os aprovados nas reuniões anteriores a 2013, eles são restritos se os compararmos com a quantidade de trabalhos aceitos em outros eventos.

Portanto, foi pela seriedade que adquiriu a ANPEd nas suas quase quatro décadas de existência e pelo seu rigor na aprovação de trabalhos e pôsteres, e, ainda, pelo fato do GT 9 ter como questão norteadora o debate sobre a relação entre o mundo do trabalho e a educação, que resolvemos restringir nossa pesquisa a um estado do conhecimento das publicações nesse GT nas reuniões nacionais da ANPEd.

PERCURSO METODOLÓGICO, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já declaramos, neste artigo, visamos mapear a produção científica acerca do Ensino Médio Integrado. Para o *corpus* de análise foram selecionados os trabalhos e pôsteres aprovados⁶ pelo GT 9 nas reuniões da ANPEd, disponibilizados nos anais eletrônicos, no período de 2007 a 2017.

A pesquisa se caracteriza como um estado do conhecimento pelo fato de nos centramos em um único tipo de produção acadêmica (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Conforme André (2009, p. 43), esses estudos “têm sido muito úteis ao revelar temáticas e metodologias priorizadas pelos pesquisadores, fornecendo importantes elementos para aperfeiçoar a pesquisa num determinado campo do saber”. Portanto, “são fundamentais para acompanhar o processo de constituição de uma área do conhecimento, porque revelam temas que permanecem ao longo do tempo, assim como os que esmaecem, os que despontam promissores e os que ficam totalmente esquecidos”.

Entretanto, devemos destacar que essa pesquisa, embora qualitativa, não prescindiu de uma análise quantitativa, haja vista que como ressalta Minayo (2009, p. 22), esses dois tipos de abordagem, e os dados delas advindos, “[...] não são incompatíveis. Entre elas há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”.

A partir de tais ponderações, iniciamos a primeira etapa da pesquisa com um levantamento, no sítio da ANPEd, do número de trabalhos e pôsteres aprovados pelo GT 09, por ocasião das reuniões nacionais, entre os anos de 2007 e 2017⁷. Foram encontrados 134 trabalhos e 27 pôsteres, somando 161 artigos (QUADRO 1).

QUADRO 1: NÚMERO DE TRABALHOS E PÔSTERES APROVADOS NO GT 9 DA ANPED (2005-2015)

GT 9	ANO	REUNIÃO NACIONAL	TRABALHOS	PÔSTERES	LOCAL
E TRABALHO EDUCAÇÃO	2007	30 ^a	17	01	Caxambu-MG
	2008	31 ^a	13	04	Caxambu-MG
	2009	32 ^a	12	02	Caxambu-MG
	2010	33 ^a	11	03	Caxambu-MG
	2011	34 ^a	17	03	Natal-RN
	2012	35 ^a	13	02	Porto de Galinhas-PE
	2013	36 ^a	10	04	Goânia-GO
	2015	37 ^a	20	06	Florianópolis-SC
	2017	38 ^a	21	02	São Luís-MA
	Total	-		134	27

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do sítio da ANPEd (Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>> Acesso em: 25 maio. 2017).

⁶ Embora os pôsteres também sejam apresentados oralmente e os seus autores enviem os textos completos, no sítio da ANPEd há uma distinção entre trabalhos e pôsteres, diferenciação esta que manteremos neste artigo.

⁷ Importa lembrar que, em 2014, a ANPEd não realizou a reunião nacional, pois, no ano anterior, essa associação definiu que as reuniões nacionais passariam a ocorrer bianualmente.

Após o levantamento quantitativo dos trabalhos e pôsteres disponíveis nos anais eletrônicos das reuniões da ANPED (2007 a 2017), passamos para a segunda etapa da pesquisa: a seleção dos textos que tratavam do Ensino Médio Integrado, dentre os 161 artigos disponíveis (soma dos textos dos trabalhos e pôsteres). Salientamos que, nesse mapeamento, o tema Ensino Médio Integrado foi considerado por nós em sua abrangência (política pública, didática, relatos de experiência, dentre outros enfoques). Para isso, consideramos inicialmente a presença do termo “Ensino Médio Integrado” nos títulos dos artigos. Essa atenção inicial aos títulos se explica pelo motivo de estes, em geral, anunciarem “a informação principal do trabalho ou indicam elementos que caracterizam o seu conteúdo” (FERREIRA, 2002, p. 261).

Todavia, perceber as principais informações do texto a partir do título, pode ser muitas vezes ilusório, pois “nem sempre o título da unidade dá uma ideia fiel do tema. Às vezes apenas o insinua por associação ou analogia; outras vezes não tem nada que ver com o tema” (SEVERINO, 2007, p. 57). Por isso, resolvemos ser mais rigorosos na seleção dos artigos fazendo uma leitura, inicialmente nas partes que identificam mais claramente os seus conteúdos: os resumos (quando possuíam), as introduções e as conclusões. Posteriormente, dividimos os artigos entre nós, os autores deste artigo, para um exame mais minucioso dos seus conteúdos e, após isso, socializarmos os resultados. Por conseguinte, foi possível selecionar um total de 20 trabalhos e 03 pôsteres cujo objeto de investigação foi o Ensino Médio Integrado (QUADRO 2).

QUADRO 2: TRABALHOS E PÔSTERES APROVADOS NO GT 9 DA ANPED ACERCA DO Ensino Médio Integrado

REUNIÃO	TRABALHOS E PÔSTERES APROVADOS	AUTORES
30 ^a	Educação básica e educação profissional: dualidade histórica e perspectiva de integração*.	MOURA, D. H.
	Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação*.	OLIVEIRA, R.
	A EJA integrada à Educação Profissional no CEFET: avanços e contradições*.	FERREIRA, E. B.
31 ^a	A (DES) articulação do Ensino Médio com a educação profissional no SENAI-PE/SESI-PE através do projeto EMEP (Ensino Médio e Educação Profissional)*.	OLIVEIRA, A. M. A.
	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: limites e possibilidades*.	CARDOZO, M. J. P. B.
32 ^a	A produção da exclusão escolar e a contra-reforma da educação profissional: um estudo de caso sobre a implantação do Decreto 2208/97*.	PORTO JÚNIOR, M. J.; DEL PINO, M. A. B.
	Integração curricular: o Ensino Médio Integrado e o PROEJA*.	GOTARDO, R. C. C.; VIRIATO, E. O.
33 ^a	A nova realidade no mundo do trabalho e o desafio da articulação do ensino médio com a educação profissional no Brasil e no Ceará*.	ANDRADE, F. R. B.
34 ^a	A educação profissional técnica de nível médio e a questão da integração: pressupostos da formação integral dos estudantes*.	CARDOZO, M. J. P. B.
	As dimensões de integração do conhecimento no objeto pedagógico casa modelo do curso técnico de edificações - modalidade PROEJA*.	ZAVARIS, S. C.
	Políticas de educação profissional e de ensino médio no CEFET-RN*.	PEREIRA, U. Á.; FRANÇA, M.
	ENSINO MÉDIO INTEGRADO: o que dizem as pesquisas?***.	COSTA, A. M. R.
35 ^a	Ensino médio integrado: a materialização de uma proposta em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*.	PONTES, A. P. F. S.; OLIVEIRA, R.

	O fetiche da tecnologia e a educação profissional técnica de nível médio: tentativa de explicação do abandono escolar*.	PELISSARI, L. B.
36 ^a	Ensino médio integrado à educação profissional técnica e seus projetos político-pedagógicos: na mira(gem) da politécnia e da (des)integração*.	BEZERRA, D. S.; BARBOSA, W.
	Práticas pedagógicas e ensino integrado*.	ARAÚJO, R. M. L.
	Educação integral, trabalho e processo formativo no Instituto Politécnico de Cabo Frio/RJ**.	MACIEL, C. L. A.
	Integração do Ensino Médio e Técnico: percepções de alunos do IFPA**.	COSTA, A. M. R.
37 ^a	Ensino médio integrado a educação profissional: formação para a emancipação ou formação para o mercado?*	ALMEIDA, J. F.
	Percepções do novo no contexto de implementação do ensino médio politécnico do RS*.	ZAMBON, L. B.
38 ^a	A formação humana no Ensino Médio Integrado: o que dizem as pesquisas	DRAGO, C. C.
	Práticas de integração do Ensino Médio à Educação Profissional: impactos e limites da pesquisa-ação na rede federal	LIMA, M.
	A formação do licenciado nos Institutos Federais do nordeste e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	MEDEIROS NETA, O. M.; PEREIRA, U. A.; SOUSA, N. M. G. S.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do sítio da ANPEd (Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>> Acesso em: 25 maio 2017).

* Trabalhos.

** Pôsteres.

Uma avaliação dos resultados apresentados nos Quadros 1 e 2 possibilita-nos algumas ponderações.

Temos, no GT 9, no período de 2007 a 2017, ou seja, em nove reuniões da ANPEd, um total de 161 artigos. Não são números baixos, caso levemos em conta que a Educação Profissional ainda é um campo que carece de maior produção acadêmica, basta compararmos à elevada publicação sobre outros temas da área de Educação, como formação docente, políticas educacionais e didática, por exemplo. Ao cotejarmos esses números com o quantitativo dos artigos que discutem o Ensino Médio Integrado veremos que 14% do total de trabalhos e pôsteres trataram desse tema. Também não é um número sem expressão se lembrarmos que a respeito da Educação Profissional há uma grande variedade de assuntos a serem pesquisados (didática, formação docente, políticas públicas, gestão, dentre outros).

Contudo, é possível argumentar que esse quantitativo de trabalhos acerca do Ensino Médio Integrado poderia ser ainda maior, dada à importância desse tema e o crescimento da sua oferta na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica⁸, basta considerarmos que, conforme dados do Ministério da Educação, no Brasil, havia, em 2002, 140 unidades, e, em 2016, 644 (PORTAL..., 2016). Embora esteja fora do nosso recorte temporal, por curiosidade, verificamos a relação dos trabalhos e pôsteres apresentados no GT 9, da Anped, de 2005 e 2006, quando o Ensino Médio Integrado já estava presente nas instituições de Educação Profissional, visto a orientação do Decreto 5.154/2004. Constatamos que, em plena efervescência do debate a respeito das políticas para a Educação Profissional do governo Lula, em 2005, esse tema não foi discutido nas apresentações, e apenas 01, dos 15 trabalhos apresentados, em 2006, teve o Ensino Médio Integrado como objeto.

⁸ A Rede Federal é composta por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica, 25 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (PORTAL..., 2016).

Também foi do nosso interesse conhecer as origens das pesquisas, em termos de região e instituição de ensino superior a que estavam ligados, como também se esses trabalhos tiveram financiamento (QUADRO 3).

QUADRO 3: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E FINANCIAMENTO DOS TRABALHOS E PÔSTERES APROVADOS PELO GT 9 DA ANPEd, COM FOCO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

ANO	Nº DE TRABALHOS/PÔSTERES	REGIÃO	INSTITUIÇÃO	FINANCIAMENTO
2007	03*	Nordeste Sudeste Nordeste	CEFET/RN UFES UFPE	Sem financiamento CAPES Sem financiamento
2008	02*	Nordeste Nordeste	UFPE UFMA	CNPq CAPES
2009	02*	Sul Sul	UFPEL/IF Sulriograndense UNIOESTE/PR ⁹	Sem financiamento CAPES/SETEC
2010	01*	Nordeste	UECE	Sem financiamento
2011	03*	Sudeste Nordeste Nordeste	CEFET/ES UFMA CEFET-RN/UFRN ¹⁰	Sem financiamento Sem financiamento Sem financiamento
	01**	Norte	UFPA	Sem financiamento
2012	02*	Nordeste Sul	UFPA/UFPE ¹¹ UFPR	Sem financiamento CAPES
2013	02*	Centro-Oeste Norte	IFG UFPA	CAPES CNPq/CAPES
	02**	Sudeste Norte	UNIRIO UFPA	CAPES SEDUC/PA
2015	02*	Sudeste Sul	UFES UFSM	Sem financiamento CAPES
2017	03*	Sudeste Nordeste Nordeste	UFES UFRN/IFRN ¹² IFRN	Sem financiamento CNPq Sem financiamento
Total	21	-	-	-

Fonte: Elaborado a partir dos dados do site da ANPEd (Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>> Acesso em: 25 maio 2017).

* Trabalhos.

** Pôsteres.

Um exame dos dados apresentados no Quadro 3 nos leva a algumas observações. A primeira, diz respeito às regiões a qual pertencem os autores dos trabalhos e dos pôsteres aprovados no GT 9: o Nordeste lidera, com 43,5%, seguido pelas regiões Sudeste (21,8%), Sul

⁹ Os autores do artigo intitulado “A produção da exclusão escolar e a contra-reforma da educação profissional: um estudo de caso sobre a implantação do Decreto 2208/97” são vinculados a instituições diferentes (PORTO JÚNIOR, M. J., à UFPEL e IF Sulriograndense; DEL PINO, M. A. B., à UFPE).

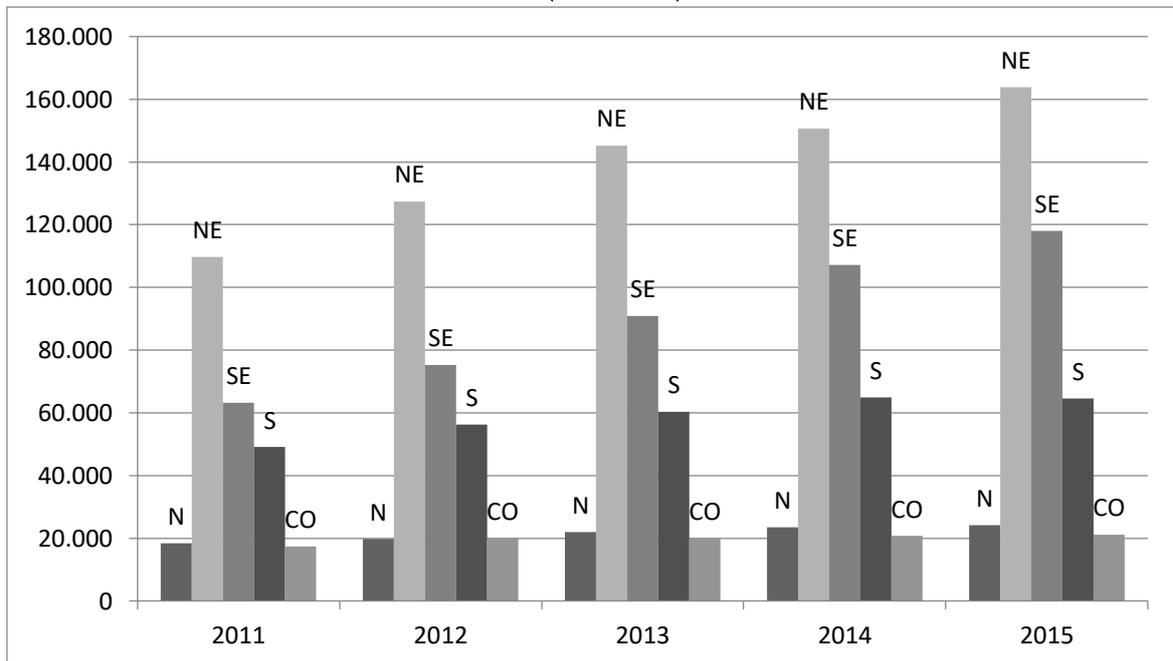
¹⁰ As autoras do artigo intitulado “Políticas de educação profissional e de ensino médio no CEFET-RN (1998-2008)” são vinculadas a instituições diferentes (PEREIRA, U. A. ao CEFET-RN; FRANÇA, M. à UFRN).

¹¹ Os autores do artigo intitulado “O ensino médio integrado: a materialização de uma proposta em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia” são vinculados a instituições diferentes (PONTES, A. P. F. S. à UFPA; OLIVEIRA, R. à UFPE).

¹² As autoras do artigo intitulado “A formação do licenciado nos Institutos Federais do nordeste e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional” são vinculadas a instituições diferentes (MEDEIROS NETA, O. M., à UFRN; e PEREIRA, U. A.; SOUSA, N. M. G. S., ao IFRN).

(17,4%), Norte (13%) e Centro-Oeste (4,4%). Esses números confirmam as estatísticas que tratam da oferta do Ensino Médio Integrado nas regiões brasileiras. O Nordeste, por exemplo, verificou, nos últimos cinco anos, o maior crescimento de matrículas no Ensino Médio na forma integrada, conforme os dados do MEC/INEP (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: OFERTA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NAS REGIÕES BRASILEIRAS (2011-2015)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, edições de 2013 a 2017.

Os dados do Quadro 3 também nos mostram que as universidades têm contribuído de forma considerável com pesquisas referentes ao Ensino Médio Integrado (dos 23 trabalhos e pôsteres, 20 são de pesquisadores de universidades, estudantes ou professores de pós-graduação, em grupos de pesquisa, e alguns envolvidos em pesquisas financiadas). Porém, quanto às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, há uma participação ainda tímida nessas produções (apenas 07 trabalhos e pôsteres, envolvendo 07 autores), apesar de essas instituições já sediarem vários cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. De acordo com dados do Fórum dos Dirigentes de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPOG), apresentados em julho de 2016, havia na referida Rede, em 2015, 76 programas de mestrado (acadêmicos e profissionais), 8 de doutorado e 206 de pós-graduação *lato sensu* (CONIF, 2016).

Portanto, há hoje um quadro favorável à produção do conhecimento em Educação Profissional, por parte dessas instituições, haja vista que são elas que ofertam grande parte dos cursos técnicos e tecnológicos no Brasil.

Com relação ao financiamento dessas pesquisas, os dados disponíveis no Quadro 3 nos mostram que, dos 23 artigos e pôsteres analisados, 12 (52,2%) não obtiveram auxílio financeiro. As demais pesquisas receberam financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de agências estaduais de incentivo à pesquisa como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Portanto, é na esfera federal que predomina o incentivo

à pesquisa, mas, pelo grande percentual de artigos sem financiamento, fica patente a necessidade desse incremento nos programas de pós-graduação.

Realizado o levantamento quantitativo dos artigos disponíveis no GT 9 da ANPEd, a nossa meta seguinte foi estudar os conteúdos desses artigos. Algumas indagações direcionaram a nossa análise, a saber: como o Ensino Médio Integrado é percebido pelos autores dos artigos? A partir do tema Ensino Médio Integrado, o que objetivam esses estudos? Baseados em que referenciais teóricos eles foram construídos? Como podem ser enquadrados metodologicamente?

No que tange à compreensão dos autores quanto ao Ensino Médio Integrado, este, nos textos dos trabalhos e pôsteres, é apresentado como uma possibilidade de superação da dualidade estrutural da educação brasileira. Essa percepção está presente em todos os textos analisados, mesmo naqueles em que os seus autores não deixaram isso explícito. Algumas afirmações ressaltam o caráter social e político do Ensino Médio Integrado: “uma formação que possibilita o desenvolvimento do cidadão para ser crítico e reflexivo, de modo que possibilita a sua autonomia” (ALMEIDA, 2015, p. 6).

Com relação aos objetivos dos estudos, estes geralmente estão relacionados à implementação do Ensino Médio Integrado e aos desafios enfrentados para a concretização da sua proposta de articulação entre as disciplinas de formação geral e profissional, muitas vezes vistas, por professores e gestores, como inconciliáveis ou oponentes. São recorrentes, nesses estudos, o debate acerca do financiamento da Educação Profissional, das políticas públicas para essa modalidade, da formação e do trabalho docente e da preocupação com uma formação que não se restrinja ao mercado. Também há estudos que tratam do Ensino Médio Integrado no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e em cursos técnicos na área de saúde.

No que diz respeito ao referencial teórico-metodológico utilizado pelos autores nas abordagens dos seus objetos de pesquisa, predomina o materialismo histórico e dialético como, aliás, demonstra Ciavatta (2015) ao escrever sobre a trajetória do GT 09. Os autores dos textos examinados, mesmo quando não citam os trabalhos de Marx, fazem referências a obras publicadas por pesquisadores marxistas. Assim, confirma-se a orientação teórica que dá identidade ao GT Trabalho e educação, como assinalam Trein e Ciavatta (2003). Entretanto, mesmo que nos discursos dessas autoras haja uma abertura para o diálogo e o confronto com autores que contrariam o marxismo, o que se percebe é a inexistência desse aspecto nos textos analisados. Não sabemos se isso ocorre pelo fato de todos os autores que submetem artigos ao GT 9 serem marxistas, ou se, contraditoriamente à afirmação de Trein e Ciavatta (2003), os avaliadores dos artigos submetidos não aceitam os que estão fora desse viés teórico.

Com relação aos autores mais referenciados nos trabalhos publicados no GT 9, no período de 2007 a 2017, constatamos uma frequência na utilização das obras de Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos e Maria Ciavatta em praticamente todos os artigos. É válido destacar a grande utilização da obra “Ensino Médio Integrado: concepções e contradições”, organizada por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012). Referências às publicações de Acácia Kuenzer, Lucília Machado, Ramon de Oliveira, Ricardo Antunes, Paolo Nosella, Dermeval Saviani e István Mészáros estão presentes em na maior parte dos textos. Ademais, há uma forte presença dos autores clássicos como Marx, Pistrak e Gramsci. Portanto, conforme afirmamos no parágrafo anterior, predominam referenciais de viés marxista.

Por fim, acerca do tipo de pesquisa realizada e das técnicas utilizadas nesses estudos, constatamos uma predominância da pesquisa documental (muitos autores analisam e usam como referência os decretos 2.208/1997 e 5.154/2004, além de documentos institucionais como projetos pedagógicos de cursos), mas também há estudos de caso tratando da implementação do

Ensino Médio Integrado em instituições de Educação Profissional, revisões de literatura e pesquisas de campo com a realização de entrevistas para análise e triangulação de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa que originou esse trabalho foi realizar um mapeamento da produção acadêmica acerca do Ensino Médio Integrado no GT 9, Trabalho e educação, da ANPEd, entre 2007 e 2017.

Apesar dos anais das reuniões anuais da ANPEd sejam de fácil acesso (o que merece os devidos cumprimentos a essa associação), durante a realização do estudo, surgiram algumas dificuldades que nos exigiram um tempo maior de pesquisa: como os títulos dos trabalhos nem sempre são esclarecedores dos seus objetivos e os resumos estão ausentes nos textos, tivemos que fazer uma leitura no artigo por completo. Entretanto, encaramos essa etapa de forma positiva, visto que nos proporcionou mais densidade acadêmica no tocante à Educação Profissional e ao Ensino Médio Integrado, sobretudo com relação aos desafios que essa modalidade de ensino enfrenta no dia a dia.

É inegável a relevância dos temas das pesquisas sobre o Ensino Médio Integrado apresentadas nas reuniões da ANPEd (contexto histórico, financiamento, expansão da EP, formação docente). Contudo, consideramos relevante a necessidade de relatos de experiências acerca da realização de práticas que integrem as disciplinas de formação geral e as de formação profissional nos cursos técnicos de nível médio. Isso praticamente não tem sido abordado, a não ser do ponto de vista teórico e conceitual. Pontuamos a necessidade de apresentar relatos em que a imbricação teoria e prática ocorrem (se ocorrem) na Educação Profissional.

Outrossim, malgrado o fato da discussão em torno da relação trabalho e educação tenha suas bases nos escritos de Marx e autores marxianos, julgamos importante o debate com outras abordagens teóricas. Ressaltamos que não estamos defendendo uma posição contrária ao marxismo, mas a necessidade de ampliação do diálogo com pesquisadores que trabalhem a partir de outros vieses teóricos e metodológicos.

Destacamos a urgência na ampliação de pesquisas acerca do Ensino Médio Integrado nas instituições de Educação Profissional, sobretudo nos Institutos Federais, de modo que esses pesquisadores apresentem os resultados de seus estudos em eventos de projeção nacional como as reuniões promovidas pela ANPEd.

A divulgação de pesquisas acerca de práticas integradoras entre a formação geral e a profissional, como também as pesquisas que analisem teoricamente o Ensino Médio Integrado, realizados por pesquisadores das e nas instituições públicas de Educação Profissional, são vistas por nós como estratégias políticas de confronto com o atual projeto hegemônico de sociedade, um projeto que pretende excluir do espaço escolar aquilo que lhe dá sentido: a formação de cidadãos/trabalhadores reflexivos, emancipados e conscientes do seu papel de transformação social. Entendemos que o Ensino Médio Integrado, por possuir sua base cimentada na perspectiva do trabalho como princípio educativo, da politecnia e da escola unitária, pode vir a ser um instrumento de superação da posição ingênua perante o mundo. Como destaca Freire (2008, p. 30), “A conscientização não pode existir fora da *práxis*, ou melhor, sem o ato de ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (Grifo do autor). Importa destacar que não estamos apresentando aqui, ingenuamente, o Ensino Médio Integrado como a única via de conscientização na perspectiva que Freire estava se referindo.

Infelizmente, esse processo de conscientização de que trata Freire (2008) sofre riscos contínuos. Na atualidade, o espectro conservador que ronda a sociedade brasileira ganha, cada

vez mais, força e tenta, por meio legal, amordaçar docentes e discentes. O Projeto de Lei nº 867/2015, do Deputado Izalci Lucas, do PSDB/DF, que pretendia incluir na nossa LDB, o “Programa Escola sem Partido”, é um exemplo disso. A PL visava eliminar o debate ideológico na escola e restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa neutralidade do conhecimento, portanto, tinha “um teor fortemente persecutório, repressor e violento”, conforme observa Ramos (2017, p. 76). Para ela, a PL tinha um conteúdo que legitimava a coerção “como caminho aberto para a violência em direção àqueles que não conjugam da mesma afiliação ideológica conservadora como eles” (2007, p. 76).

Por outro lado, a reforma do Ensino Médio, promovida pela Lei nº 13.415, de 13 de fevereiro de 2017, representa os interesses do capital na sua atual configuração. O objetivo da reforma, conforme Moura e Lima Filho (2017, p. 111) “é reconfigurar o Estado brasileiro no sentido de torná-lo ainda ‘mais mínimo’ no que se refere às garantias dos direitos sociais e ‘mais máximo’ para regular os interesses do grande capital nacional e internacional”. Para esses pesquisadores, a reforma agrava a fragmentação, a hierarquização social e a qualidade do Ensino Médio, visto que ataca diretamente a concepção de formação humana integral e conduz esse nível de ensino a uma lógica mercadológica, francamente regressiva e em oposição ao que está disposto na atual LDB. Portanto, “A ‘nova’ organização proposta é velha na política educacional brasileira e reforça a dualidade educacional e social que caracteriza historicamente o País, potencializando a subtração de direitos da classe trabalhadora” (MOURA; LIMA FILHO, 2017, p. 120).

Diante desse contexto desfavorável, o Ensino Médio Integrado segue no seu desafio de continuar existindo, sobretudo na rede pública federal, onde vem se destacando positivamente quanto à qualidade de sua formação, fato que também é atestado pelo desempenho dos seus egressos, tanto na inserção no mundo do trabalho, quanto na continuidade de estudos no ensino superior. Reforçamos, assim, a perspectiva política de incentivar e fortalecer a pesquisa nessa forma de articulação do Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, prevista na LDB.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F. **Ensino Médio Integrado a Educação Profissional: formação para a emancipação ou formação para o mercado?** In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt09-4300.pdf>> Acesso em: 12 maio 2018.

ANDRÉ, M. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 41-56, ago./dez. 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2013. São Paulo: Moderna, 2013.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2014. São Paulo: Moderna, 2014.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2015. São Paulo: Moderna, 2015.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2016. São Paulo: Moderna, 2016.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2017. São Paulo: Moderna, 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **38ª Reunião Nacional da ANPED** - Condições de submissão de texto/proposta. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/condicoes_de_submissao_de_texto_2017_versao_final_portal.pdf> Acesso em: 25 maio. 2018.

ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S.; SILVA, G. P. Ensino integrado como projeto político de transformação social, **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 161-186, jan./abr. 2014.

ARAÚJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394 de, 20 de dezembro de 1997, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm> Acesso em: 25 maio 2018.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm> Acesso em: 25 maio 2018.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Senado Federal: Brasília, DF, 2005.

_____. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

_____. O percurso histórico do GT Trabalho e Educação - um exercício de interpretação. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 13, n. 20, p. 22-50, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CONIF). **Forpog apresenta evolução da pesquisa e inovação na Rede Federal**. Brasília-DF, 25 maio 2018. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=595:forpog-apresenta-evolucao-da-pesquisa-e-inovacao-na-rede-federal&catid=100&Itemid=558&lang=br> Acesso em: 25 maio 2018.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/sites/default/files/estatuto_anped_registro_cartorio_.pdf> Acesso em: 25 maio 2018.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**. Campinas/SP, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. (Org.) **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

IVERS, I. Políticas para o Ensino Médio e Profissional: o Decreto 2.208/97. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 67-74, jan./jun. 2000.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991.

LIMA FILHO, D. L. **A reforma da Educação Profissional nos anos noventa**. 2002. 403f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

_____. Expansão da educação superior e da educação profissional no Brasil: tensões e perspectivas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 195-223, jan./abr. 2015.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, v. 2, n. 23, p. 4-30, 2007.

_____. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, out./dez. 2015.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L. A reforma do ensino médio Regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.

NOSELLA, P. Ensino médio unitário ou multiforme? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 121-142, jan./mar. 2015.

OLIVEIRA, R. A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista. **Cadernos de Educação**. Pelotas/RS, v. 32, p. 141-160, abr. 2009.

PORTAL DA REDE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Expansão da Rede Federal**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em: 25 jan. 2017.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs.) **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

_____. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 75-86.

RODRIGUES, J. Quarenta anos adiante: breves anotações a respeito do novo decreto de educação profissional. **Trabalho necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, p. 1-9, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_RODRIGUES.pdf> Acesso em: 7 jan. 2017.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, dez. 2006.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, v. 12, n. 32, p. 152-180, jan. abr. 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. R. (Org.). **Ensino Médio Integrado: travessias**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

SOUZA, F. C. S.; PEREIRA, U. A.; RODRIGUES, I. S. Ensino Médio Integrado e formação docente: impasses e proposições. **Dialogia**, São Paulo, n. 24, p. 25-37, jul./dez. 2016.

SOUZA, F.C.S.; RODRIGUES, I. S. Formação de professores para Educação Profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 621-638, abr./jun. 2017.

Submetido em: Maio de 2018

Aprovado em: Outubro de 2018